

Marcos velados na vila colonial: a cruz do padrão do Recife

Acácio José Lopes Catarino

Departamento de História / Universidade Federal da Paraíba

XVII

“Pera a parte do Sul, onde a pequena
Ursa se vê de guardas rodeada,
Onde o Céu luminoso mais serena,
Tem sua influência, e temperada;
Junto da nova Lusitânia ordena
A natureza, mãe bem atentada,
Um porto tão quieto, e tão seguro,
Que pera as curvas Naus serve de muro.

XVIII

É este porto tal, por esta posta,
Uma cinta de pedra, inculta e viva,
Ao longo da soberba e larga costa,
Onde quebra Netuno a fúria esquiva.
Entre a praia e pedra descomposta
O estanhado elemento se deriva,
Com tanta mansidão, que uma fateixa
Basta ter à fatal Argos aneixa.”

«Descrição do Recife de Paranambuco»,
Prosopopea, Bento Teixeira, 1601.

Costumavam os mareantes que demandavam o porto do Recife aproximarem-se bordejando o litoral paralelamente à faixa de arrecifes (coberta apenas nas invernações) e, uma vez avistada a Cruz do Padrão no istmo que constitui hoje o bairro do Recife, aguardavam que este pilar de alvenaria firmasse alinhamento com a torre da igreja de Santo Amaro, situada por trás do rio Beberibe ¹. E neste momento investiam perpendicularmente, na direção da barra, e assim adentravam na segurança do porto.

Esta rotina, repetida incessantemente vezes ao dia durante séculos, nada tem de ordinário, pois estava intimamente associada ao ato de posse do território colonial. Com efeito, nela tomam parte os elementos primários e essenciais que conjugados estabeleceram o domínio português: o mar e o navegador, o porto e nele, um representante autorizado da autoridade régia (o padrão-mor da ribeira). E mais atrás, a Igreja. E mediando o primeiro contato com a terra daquele quem vem da marinha, estava a torre encimada pelo signo da cruz, baliza traçando seguras linhas imaginárias no espaço a vencer. Em data ainda não conhecida, mas antes de meados do século XVIII, a cruz de madeira foi substituída por um pilar de alvenaria e deslocada mais para o norte, onde atualmente repousa (figura 1).

¹ Tadeu Rocha, *Roteiros do Recife*, 3ª ed., Recife, Banco Comércio e Indústria de Pernambuco, 1967, p. 28.



FIGURA 1 – “Uma cruz de pedra elevada sobre a península de areia, em face da passagem maior, serve com alguns edifícios de Olinda de guia aos pilotos.” L. de TOLLENARE, *Notas Dominicais (1816-17)*, Recife, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978, p. 19.

Fincada no primitivo sítio dos pescadores que deu origem à vila (o “arrecife dos navios” do foral de 1537²) e por muito tempo a única herança material intacta dos tempos dos primeiros donatários no corpo da cidade, a Cruz foi mais do que um importante e prático instrumento de navegação. Como monumento, representava um marco de posse na mesma medida em que os padrões de pedra dos portugueses, lançados sucessivamente para o sul no decorrer dos séculos XV e XVI nas costas do Atlântico e Índico, o foram.

Marcos expressam implicitamente atribuições do ato de posse e, a par de sua diversidade com respeito ao aspecto propriamente material, veiculam diferentes intenções e patrocinadores. Além disso, são apropriados de modos bem específicos por aqueles que com eles convivem, e a Cruz do Patrão não constitui exceção.

Instalada em algum momento na virada dos séculos XVI-XVII, já registrada no *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (1618), acha-se hoje escondida em meio ao parque de tancagem de combustíveis, isolada pelos aterros que a foram distanciando do mar. Bem antes da introdução de outros meios de auxílio à navegação pelos últimos capitães-generais, o ermo sítio já era mais visitado pelos escravos urbanos para seus cerimoniais noturnos. Consta inclusive no folclore local que neste recanto freqüentado por mandingueiras “o diabo pegou uma negra do toutiço gordo e se sumiu com ela no meio da água”³.

A viajante inglesa Maria Graham anotou em seu diário a presença de corpos de negros mal enterrados ao percorrer o ermo istmo em setembro de 1821, muito provavelmente mortos após a longa viagem pelo Atlântico e por isto levados a um consentido cemitério de pagãos, convenientemente situado fora das portas da vila⁴. Mas pode-se dizer que sua primeira perda de prestígio, senão mágico pelo menos náutico, data da chegada dos holandeses.

² Denis BERNARDES, «Para reler o Recife e suas origens», in Antonio REZENDE(org), *Recife: que História é essa?*, Recife, Prefeitura da Cidade, 1987.

³ G. FREYRE; T. MAIA, *Recife & Olinda*, 2ª ed., Recife, FUNDAJ; São Paulo, Editora Nacional, 1978. p. 8.

⁴ W. VALENTE, *Antecipação de Pernambuco no movimento da Independência: testemunho de uma inglesa*, Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1974, p. 129.

O aparato da Cidade Maurícia foi culminado pela construção do palácio do governador flamengo, o Vrijburgh, que seria traduzido não como *Palácio da Liberdade* pelos locais, mas como o *Palácio das Duas Torres*. Unidas por uma passagem que encimava a arcada, uma das torres abrigava o observatório astronômico de Willem Piso, e a outra servia de farol e telégrafo ótico.

Mas sua expressão arquitetônica mais evidente tinha entretanto outros usos além da opulência estética, como depreende-se do clássico texto do flamengo Gaspar Barléus, escrito no momento em que o Conde João Maurício de Nassau-Siegen mal concluía sua experiência de governo em terras brasileiras (1637-44): “De cima delas descortinam-se, de um lado, as planícies do continente e, de outro, a vastidão dos mares, com os navios aparecendo desde longe”⁵. Avistado à distância, como se verifica em todos os panoramas do Recife sob o domínio neerlandês, o palácio de uma autoridade da Companhia das Índias ocidentais era o novo sinalizador (figura 2).

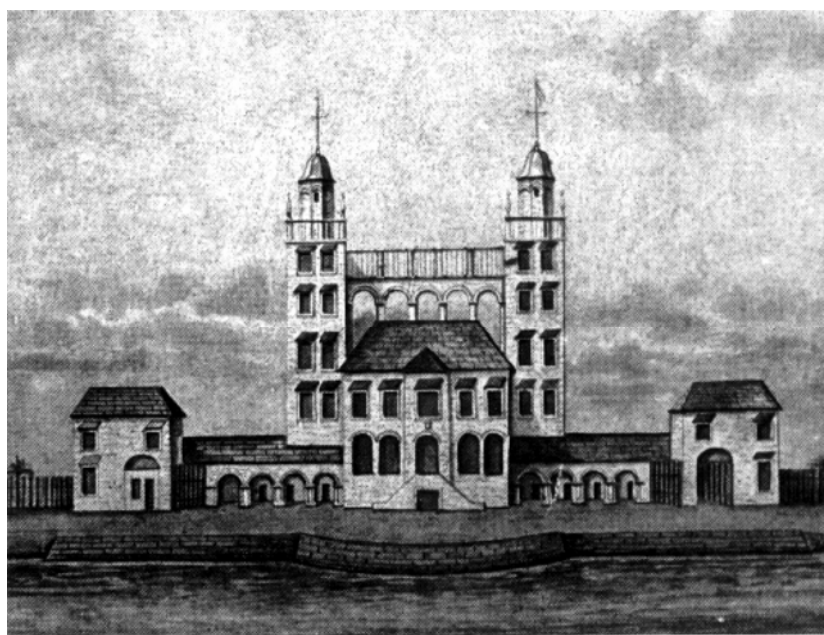


FIGURA 2 – “No centro do jardim erguia-se a residência do Conde (...). Edifício de aspecto nobre que, ao que se diz, custou 600.000 florins. Oferecia uma perspectiva admirável, tanto de mar como de terra e suas duas torres podiam ser vistas do mar a cinco ou seis milhas de distância, servindo mesmo de baliza aos marinheiros.” (Johanes NIEUHOF, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981, p. 45).

Florescente potência naval, também foi próximo a portos que afirmaram-se os elementos essenciais do domínio holandês. Como a talassocracia portuguesa, de quem tomou de empréstimo “técnicas de navegação, táticas náuticas, estratégias comerciais, práticas contábeis e capitais”, seus direitos ao exclusivo comercial tinham base na precedência de chegada⁶.

Ou, o que era entendido como equivalente, pelo estabelecimento de ligações mercantis permanentes ordenadas por permissões renováveis, oficialmente autorizadas a concessionários (outra prática portuguesa, embora neste caso sem o caráter de guilda urbana que as Companhias de Comércio das Índias assinalavam). Como sintetizou o cronista oficial do Conde:

“A liberdade comercial foi sempre o baluarte de uma grande potência. Com ela cresceram os tírios, os cartagineses, os persas, os árabes, os gregos e os romanos. Por isso, os nossos navios mercantes, comboiados pelas nossas armadas, navegaram primeiro

⁵ G. BARLEUS, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1974, pp. 151-152.

⁶ P. SEED, *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo*, São Paulo, Unesp, 1999, p. 210.

para o Oriente, depois para o Ocidente, fundando fora da Europa como que dois impérios, sustentados por duas companhias”⁷.

Mas, não tendo criado as técnicas que originariamente possibilitaram as viagens pelo Mar Oceano (o clássico roteiro de bordo holandês originou-se da adaptação por Jan Linschoten dos itinerários oceânicos a que tivera acesso como secretário do bispo de Goa⁸), a reivindicação centrava-se em torno do exame e descrição minuciosos dos acidentes geográficos de interesse para os europeus. O que implicava em localizá-los tanto em relação aos céus quanto na terra, isto é, nas cartas náuticas e nos mapas, na impressão dos quais os flamengos distinguiram-se por séculos.

Com efeito, descobrir era *ins-crever* no papel, produzir imagens verbais ou visuais que comprovassem a expansão dos neerlandeses pelo mundo⁹. A *paisagem* afirma-se como gênero pictórico neste momento, cindida entre o desejo de enclausurar um estado virginal da natureza e de remeter a uma natureza já humanamente marcada¹⁰. E uma das primeiras a ser codificada seria a paisagem nordestina pelas mãos de Franz Post, instituindo uma escritura da ação holandesa sobre a terra (quase) intocada. Entre os vulgarizadores das convenções desta representação de um *Nordeste* que incorpora inclusive elementos exóticos das Índias e da África, encontram-se não apenas pintores mas gravadores e artífices de toda a Europa, como os tapeceiros de Gobelin a serviço de Luís XIV, presenteados com cartazes para matrizes de tapetes pelo próprio Conde em 1678¹¹.

A cartografia holandesa sobre o litoral brasileiro já estava em franco desenvolvimento antes das invasões de 1624 e 1630, especialmente após a publicação de *A Tocha da Navegação* pelo experiente piloto zelandês Dierick Ruiters, que após sua captura havia perambulado durante trinta meses por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹². Além dos roteiros de cosmógrafos portugueses como Manoel de Figueiredo (editados em 1608 e 1614), ele e outros mantinham-se atualizados pelas informações fornecidas por residentes, diretamente ou por meio de escritos. Seria exatamente a partir do apógrafo de Leiden que os *Diálogos das grandezas do Brasil* (ca. 1618) de Ambrósio Brandão, acusado de marrano pela Inquisição, foi transcrito no século XIX pelo enviado do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano aos Países Baixos.

Na medida em que consolidava-se a conquista, as plantas-baixas portuárias cederam lugar aos planos de horizontes urbanos, com silhuetas descritivas, realizando percurso inverso à representação européia das cidades¹³. Isto se deve ao fato de que os primeiros especialistas da imagética na área colonial são os navegadores e os engenheiros militares, não o artista, e ambos trabalham com base na cartografia, não no prospecto. Integrando a perspectiva *vol d’oiseau*, a interpretação visual dos trópicos *in loco* transpõe-se enfim aos panoramas abrangentes das capitâncias, já dotados de expressividade artística plena e autônoma, que culminam na série de gravuras que Nassau encomendou à Marcgraf, mais tarde reunidas no mapa-mural *Brasília qua parte paret Belgis* (1647) pelo impressor Johan Blaeu.

Atribuídas a Franz Post, suas belíssimas vinhetas registram os sucessos da vida nas capitâncias entre os rios São Francisco e Ceará-Mirim, com cenas do cotidiano, da economia e dos conflitos, além da variedade intrínseca da sua natureza. A par do delineamento notavelmente detalhado do contorno litorâneo e das vias fluviais de penetração ao interior, denota-se um esforço no sentido de definir espaços e tipificar os grupos que compunham sua população, como legendas que são etiquetadas às diversas regiões conquistadas. Editadas em seu aspecto original no *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil ... sob o*

⁷ G. BARLEUS, *História dos feitos recentemente...* cit., p. 5.

⁸ P. SEED, *Cerimônias de posse...* cit., nota 2 do capítulo 5, p. 238.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 220.

¹⁰ L. ORAMAS, «Frans Post, invenção e “aura” da paisagem», in P. HERKENHOFF (org.), *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*, Rio de Janeiro, GMT, 1999, p. 218.

¹¹ A. BELUZZO (coord.), *O Brasil dos viajantes*, São Paulo, Metalivros, 1994, p. 20. J. LEITE, «Período Nassau», in *Arte no Brasil*, São Paulo, Editora Abril, 1979, vol. 1, pp. 77-81.

¹² M. GUEDES, «A Cartografia holandesa do Brasil», in P. HERKENHOFF (org.), *O Brasil e os Holandeses...* cit., p. 70.

¹³ M. MARX, «Olhando por cima e de frente», *Revista USP*, 30, p.174.

governo do ilustríssimo João Maurício (1647), estas gravuras fecharam o que o seu autor Barleus argumentava com veracidade ser um levantamento sem igual nas Américas e na Europa¹⁴.

Estas imagens ultrapassariam o registro simplesmente descritivo e carregavam-se de estudado simbolismo em determinados trechos do livro. Como reconhecido latinista, Barleus estava claramente apto a registrar a gesta nassoviana, mas o poeta inicia sua epopéia explicando em verso as alegorias do falso rosto do livro (figura 3):

“A virgem pernambucana mira os seus olhinhos e, graciosa,
ergue uma mão, a qual segura a cana.

Próxima, a fecunda Itamaracá exhibe os seus nectários rácimos e os magníficos dons do próprio solo.

Junto a ela, a Paraíba põe nas formas o dulcíssimo açúcar e o torna grato aos povos.

O avestruz, errante habitador do Rio Grande, foge correndo, e falsamente imagina que se lhe dá de comer”¹⁵.



FIGURA 3 – Falso rosto da *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647).

Esta composição geográfica, auto-explicativa porque naturalizante, na qual a fertilidade implica as propensões dos homens e das espécies, transforma-se ao descrever as áreas fronteiriças mais ao Sul, onde ainda resistiam os portugueses. Prepondera uma visão quase geopolítica, assimilável à História com suas guerras estremecendo a placidez da paisagem:

“Destarte se ufana o Novo Mundo com os brasões batavos e, sob o governo de Maurício, floresce-lhe a gleba feraz. As gentes que a terra distingue defende-as um só Chefe. E a Nau de Marte sulca as águas ocidentais, fazendo conhecidos os seus mercantes e os senhores do mar.

“Em frente pasma-se o sol ante as armas, ainda que violentas.

Tu, Sergipe, pões em face de tuas moradas as flamas de Febo, e sozinho queres ser chamado de el Rei.

Teus são, Iguaraçú, os caranguejos.

A ti, Porto Calvo, aprazem os cimos: ali estás sobranceiro, ó tu, que deves ser temido daquelas cumeadas.

¹⁴ M. GUEDES, «A Cartografia holandesa...» cit., p. 84.

¹⁵ Poema de abertura no *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, edição traduzida por Cláudio Brandão, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1974.

O gênero escamígero mergulha-se nas rédias das Alagoas.
Contra Serinhaém relincha o belicoso corcel. Crava a âncora
na areia os dentes entravados e quer se nos dêem alí reinos
diuturnos”.

Escrito num momento ainda favorável do domínio holandês do Nordeste brasileiro, a alternância de imagens aprazíveis e conflituosas, quase um paralelo entre os campos da natureza e o da ação humana, sugere que a disjunção seria resolvida num plano superior pela materialização do poder e prosperidade dos batavos neste recanto do Ocidente americano, já enobrecido pela presença de um representante da Casa de Orange.

Este mesmo painel é encontrado numa representação pictórica de Gilles Peeters, o “Combate entre holandeses e portugueses” (ca. 1640), no qual um cenário primevo é perturbado (como exemplificam as aves alçando vôo ao fundo) pelo conflito que envolve tanto europeus quanto gentios. Mas, num primeiro plano, apenas a bandeira das Províncias Unidas é visível.

Lançados no mesmo ano pelo mesmo editor, tanto o mapa-mural quanto o livro alcançaram sucesso imediato nas Províncias Unidas, e seriam reimpressos nas décadas seguintes. Com olhos de antiquários pós-renascentistas, os holandeses recolheram peças da cultura material dos diferentes grupos indígenas e exemplares representativos da fauna e flora nativas, preparando a primeira catalogação extensa e graficamente realista dos seres vivos das Américas¹⁶. Entre estes esforços avulta, além das hiperrealistas naturezas-mortas e dos fiéis retratos alegóricos das etnias existentes no Brasil pintados por Albert Eckhout, a organização em doze volumes da *Historia Naturalis Brasiliae* por Marcgraf e Piso (1648).

Mais do que fornecer informações úteis ou imagens agradáveis, este escrutínio de roteiros, paisagens e seres era parte integrante e essencial do processo de reivindicação da conquista. E em mais de um sentido, pode-se afirmar que o Palácio das Duas Torres era o pivô que, mais do que guardar e explicitar este esforço descritivo, o sancionava.

Nassau chegou a construir dois palácios. Um deles foi o da Boa Vista, para onde se recolhia privadamente e que estava voltado para o Capibaribe, facilitando a passagem à planície alagadiça. Mas o que mais correspondia à concepção de uma *residenz* de aristocrata germânico era o Palácio das Duas Torres, simultaneamente centro de despachos e recepções elegantes.

Era no entorno deste Palácio que espécimes enviadas de todo o Nordeste brasileiro, da África e da Ásia eram aclimatados no biotério. Este jardim exótico era espelhado pelas coleções de peças expostas no seu interior, nos moldes dos gabinetes seiscentistas de curiosidades. Este acervo complementava-se pelas obras de artistas e sábios vindos na *entourage* de Nassau. Como já dito, seria numa das torres que ele instalaria o observatório astronômico no qual acompanhou o eclipse solar de 1640.

Sua opulência conspícua, longe de dever-se ao capricho, chamava a atenção de todos para a autoridade em nome da qual havia sido construído. Numa questão delicada para os holandeses, como a atribuição dos direitos de posse, contava-se com o prestígio do Conde, representante maior da Companhia.

Duas Torres era como um brasão da nova coletividade que se formava, insígnia coletiva na tradição medieval cidadina dos Países Baixos, tornando visível não só para todos os habitantes da terra, como desde o mar, qual era o grupo da comunidade que detinha a posse, marco crítico numa zona colonial infestada por culturas concorrentes e mais do que isto, hostis.

A presença de Nassau, materializada plenamente na sua *Residenz*, articula uma dimensão interna (propiciar a coesão dos recém-chegados) a outra externa; sua preeminência era assumida inclusive pelos luso-brasileiros de Pernambuco, que o chamavam por “príncipe”, segundo o testemunho do frei Manuel Calado¹⁷.

¹⁶ B. RIBEIRO; L. Van VELTHEM, «Coleções Etnográficas», in M. CUNHA (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras / Fapesp, 1992, p. 103.

¹⁷ *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, 4ª ed., Recife, FUNDARPE, 1985, Vol. I, pp. 101, 127, etc.

O Palácio nucleia a Cidade Maurícia, nome de prestígio que Nassau recebera de seu tio-avô, líder da guerra pela Independência. Situada não em Olinda, eixo simbólico do mando ibérico em Pernambuco (e por isto incendiada e abandonada após a invasão), nem tampouco no *dorp* (aldeia, vila, como era comumente chamado o Recife), a *Mauritzstadt* fixava um topônimo flamengo para a cidade-sede, o que conferia uma chancela importante no processo de registro geográfico pelos holandeses.

Descrever minuciosamente a terra e representá-la graficamente num mapa, localizando-a precisamente, denominar os marcos terrestres mais visíveis na paisagem em sua língua e disseminá-los publicamente através de impressos, demonstrando a presença e o poderio universal de uma confederação mercantil que transforma os direitos de propriedade (garantidos por estatutos) em posse efetiva através das ações. Da descoberta à colonização, eis o que significa conquistar, no sentido holandês do termo.

Em suma, recinto preservado e preservador dos sinais imprescindíveis da posse, não deixa de ser interessante (e sintomático) que o Palácio das Duas Torres também fosse... uma baliza. Marcos de posse definem-se diferentemente, e os portugueses o fizeram num sentido muito mais implícito.

Na Cruz do Patrão não há qualquer inscrição que a represente como símbolo de autoridade terrena, qualquer propaganda que a identifique a algum rei. Mesmo a cruz que o encima não parece relacionar-se univocamente a um signo religioso, dado que também designa a constelação do Cruzeiro do Sul, orientação universal no hemisfério austral e testemunho eterno e impassível dos saberes de marinharia dos portugueses.

Como seus antepassados quatrocentistas, este padrão é apenas um suporte material que alerta aqueles que viajaram pelo oceano da precedência de outros navegantes, dá-lhes uma indicação de onde se encontram (como nos radiofaróis atuais) e lhes encaminham roteiros (seja para a própria barra, seja para outros portos).

Este marco, portanto, afirma-se apenas na medida em que se refere a outros numa grade que ia crescendo na proporção em que as próprias “descobertas” iam se fazendo, terminando à volta do século XVI por tomar uma escala global. Cada um destes padrões, inclusive ao agregar novos conhecimentos, só tinha validade enquanto suportes de uma concepção metódica de entendimento e manipulação do espaço.

Todos eram balizas, tal como alfinetes espetados nas esferas, para base das operações de estima navegacional, seja na escala local ou regional, seja numa escala mundial. Estão longe do simples reconhecimento da fisionomia costeira, uso mediterrânico ainda muito difundido entre os espanhóis em 1500, tal como indica a denominação dada por Diogo de Lepe ao Cabo de Santo Agostinho como “Rostro Hermoso”¹⁸.

Na verdade, para os portugueses envolvidos na constituição dos distantes pontos de apoio de um império mercantil, a determinação de um ponto qualquer na esfera terrestre e seu correspondente registro com exatidão, relativo a uma carta celeste, eram equivalentes, ou melhor, eram duas operações do ato de legitimação de sua posse. Pedro Nunes assim o notou em seu *Tratado em Defesa da Carta de Marear* (1537), quando lembra a precedência portuguesa: “novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e acima de tudo, um novo céu e novas estrelas”¹⁹.

Como tal, diversamente de *achamentos* episódicos de massas terrestres desconhecidas, os portugueses entenderam as descobertas como fruto de esforços sistemáticos e atribuíveis ao domínio de técnicas próprias. De certo ângulo, a tese do *mare clausum* e seu decorrente direito ao exclusivo como resultante da descoberta sistemática não é muito distante do argumento utilizado pelos laboratórios farmacêuticos contemporâneos a respeito das patentes de fármacos. Na percepção coetânea, portanto, seria a Carta de Mestre João ao Rei, e não a de Pero Vaz, que permitia fazer compreender precisamente a posição do Brasil no interior de um périplo que acabava de ultrapassar a sua fase exclusivamente atlântica:

¹⁸ “Cabo Feroso” no mapa de Turim de 1523. F. A. Pereira da COSTA, *Anais Pernambucanos*, Recife, FUNDARPE, 1984, vol. VII, p. 325.

¹⁹ Citado por P. SEED, *Cerimônias de posse...* cit., p. 143.

“Ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril [de 1500] descemos em terra eu e o piloto de Sancho de Tovar; tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo que segundo as regras do astrolábio julgamos estar afastados da equinocial a 17 graus, e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17 graus, segundo é manifesto na esfera”²⁰.

Embora não fosse auto-evidente --- quer para os indígenas quer para os seus concorrentes europeus --- que a fixação descritiva dos novos territórios numa grade imaginária permitisse reivindicar *per si* o acesso exclusivo à sua exploração, esta justificativa era perfeitamente persuasiva para aqueles que compartilhavam a cultura dos astrônomos e monarcas lusitanos que as emitiam e sancionavam. A referida carta do Mestre João ao rei Dom Manuel I flagra o desespero de quem necessita retirar dos acidentes da natureza seu preciso estado quantificado com o instrumental disponível, mas igualmente desvela a confiança na evolução e no domínio de uma metodologia demonstrável até para os leigos:

“Somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do Sul, mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece impossível no mar tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e por pouco que o navio balance se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer senão em terra. E quase outro tanto digo das tábuas da Índia que, ..., se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam todos nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio...”

“Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a [costa da] Mina²¹”.

Cada povo europeu, de acordo com sua tradição legal, suas heranças culturais e suas experiências na incorporação de novos territórios, desenvolveu padrões de legitimação das conquistas que se traduziram em modelos discursivos que descreviam o modo pelos quais grupos de colonos eram investidos de sua posse, em nome de um rei ou de sua coletividade de origem.

Estes modelos assumiram formatos bem específicos, atendendo à diversidade de exigências para legitimação e incorporavam de forma oblíqua os rituais considerados indispensáveis em cada um destes horizontes culturais, expressos em cerimoniais como os *requerimientos* espanhóis ou em gestualidades mais simples, como a demarcação de quintais pelos ingleses²². Estas atitudes visavam antes de mais nada aos seus compatriotas, que as assumiram ou criticaram desde o interior de um quadro de referências, que inclusive tendia a se cristalizar exatamente a partir deste período inicial das colonizações do Novo Mundo²³.

Assim, além de existir o (óbvio) descompasso entre as culturas nativas da América e as européias, pressuposto subjacente a boa parte do que se tem escrito em torno da implantação do processo de colonização, haveria que se levar em conta as disjunções e as trocas culturais

²⁰ Em D. RIBEIRO; C. MOREIRA NETO, *A fundação do Brasil*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1992, p. 92.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 92

²² Respectivamente: declarações prévias de intenções, herdadas da *jihad* sob a tradição malikita da Ibéria islâmica; antigas associações entre a jardinagem (*husbandry*) e o ato pelo qual o provedor (*husband*) define sua capacidade de sustentar autonomamente uma família.

²³ B. ANDERSON, *Nação e Consciência Nacional*, São Paulo, Ática, 1989, p. 48.

propiciadas pelo desenvolvimento das diferentes matrizes culturais europeias no período no qual ocorreu a colonização moderna.

Portanto, a Cruz do Padrão e o Palácio das Duas Torres significam, enquanto balizas, uma continuidade na constituição da praça mercantil e administrativa que foi o Recife colonial. Mas são marcos de posse de projetos colonizadores diferenciados, duas tradições culturais que embora próximas, pois assentadas no mar, produzem memórias urbanas distintas. E o que parece a princípio uma simples descrição localizada pode na verdade se constituir em uma instigante chave para explicar questões basilares da inserção desta grande periferia portuguesa na história do Ocidente.